

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

Consolidadas em IFRS

em 31 de dezembro 2015

ÍNDICE

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS Em 31 de Dezembro de 2015

• Relatório da Administração.....	03
• Balanços Patrimoniais Consolidados em IFRS.....	07
• Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Consolidados.....	09
• Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados.....	10
• Demonstrações do Valor Adicionado do Exercício.....	11
• Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidadas.....	12
• Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados.....	13
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	14
• Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	73

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEZEMBRO DE 2015

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (Banco Industrial) submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisada pelos Auditores Independentes, sem ressalva.

Cenário Econômico

O final de 2015 trouxe uma série de eventos bastante significativos no cenário econômico global e doméstico, dando um desfecho marcante a um ano caracterizado por grande complexidade.

Começando pelo lado externo, tivemos nos EUA a primeira alta dos juros desde a crise global de 2008, confirmando a expectativa de que o início do processo de normalização das taxas de juros começaria ainda em 2015. Essa elevação dos juros, no entanto, veio acompanhada por uma série de sinalizações de cautela por parte do Banco Central norte-americano (Fed), indicando certo desconforto com os potenciais impactos de um aperto nas condições financeiras. Em direção inversa, novos estímulos foram anunciados pelo Banco Central Europeu, em virtude da preocupação com a manutenção da inflação em nível persistentemente baixo. Na China, cuja economia segue em trajetória de desaceleração, aprofundou-se a busca por novas medidas de estímulo, além de uma mudança de postura na condução da política cambial.

O ambiente doméstico, por sua vez, também apresentou fatos bastante relevantes, tanto na esfera política – com todas as discussões em torno do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff paralelamente à tramitação de temas fiscais no Congresso – quanto na econômica. Os diversos indicadores econômicos – atividade, política fiscal e inflação, principalmente – seguiram em trajetória de deterioração. Mas o evento mais importante, porém, acabou ficando por conta da mudança na equipe econômica, com a saída do ministro Joaquim Levy e a transferência do ministro Nelson Barbosa do Ministério do Planejamento para o Ministério da Fazenda.

Tal conjunção de eventos sugere que um grau relativamente elevado de incerteza deve se manter em 2016. Tendo em vista os desafios do setor produtivo, a Administração do Banco Industrial espera um ano defensivo, com foco na manutenção dos altos índices de liquidez e do perfil conservador na concessão de crédito.

Perfil de Atuação

O Banco Industrial do Brasil atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de empresas de médio porte, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo.

A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir funding competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do período representava 134,2% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 16,0%.

Desempenho

O Banco Industrial registrou lucro líquido de R\$ 48,2 milhões em 2015, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 9,9% no período. O patrimônio líquido, no encerramento do exercício, atingiu o saldo de R\$ 494,2 milhões.

Crédito

A carteira de crédito do Banco, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 1.869,9 milhões no final do exercício, crescimento de 2,2% em relação ao final de 2014. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,9% da carteira ao final do período, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias.

O segmento de *middle market* representou 88% da carteira total, com um volume de R\$ 1.643,1 milhões, sendo R\$ 194,9 milhões referentes a operações de *trade finance*. A carteira de *middle market* inclui as operações de compra de ativos e as garantias prestadas a terceiros, conforme notas explicativas nº 12 e 31, respectivamente. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, totalizou R\$ 226,8 milhões.

O Banco Industrial prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações

As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 1.970,0 milhões no final do exercício, nível similar ao verificado no mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo, interfinanceiros e letras financeiras. Tais carteiras atingiram, no encerramento do exercício, o saldo de R\$ 1.418,9 milhões.

Governança Corporativa

Administração: o Banco Industrial é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bancoindustrial.com.br). A composição do Conselho e da Diretoria permanece a mesma. A posse dos Diretores do Banco Industrial é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do Banco Industrial, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o Banco Industrial assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bancoindustrial.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e Compliance adotado pelo Banco Industrial é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o Banco Industrial conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da instituição, através de seus Agentes Setoriais de Compliance, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O Banco Industrial monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de Compliance e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o Banco Industrial adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no Banco Industrial constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto que a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo Banco Industrial em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o Banco Industrial disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bancoindustrial.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de rating. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do Banco Industrial acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes.

O Banco Industrial também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

Recursos Humanos

O Banco Industrial encerrou o exercício de 2015 com 260 colaboradores, incluindo 7 menores aprendizes e 28 terceirizados atuando nas áreas operacionais.

Ratings

Seguem os ratings obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

- Moody's: **Ba2 (Global) / A1 (Nacional) / Perspectiva Estável**
- Fitch Ratings: **BB (Global) / A+ (Nacional) / Perspectiva Negativa**
- Riskbank: **Baixo Risco para Médio Prazo / Disclosure: Excelente**

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Instrução CVM 381, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

Banco Industrial do Brasil S.A.
Balanços Patrimoniais Consolidados em IFRS
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA	4	10.697	15.360
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		658.028	612.199
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	5	658.028	612.199
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		36.053	111.410
Instrumentos de dívida	6	36.053	111.410
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		1.658.622	1.630.866
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	1.685.215	1.647.110
(-) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	8	(26.593)	(16.244)
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	9	57.602	18.556
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		28.837	22.391
Diferidos	22c	28.837	22.391
OUTROS ATIVOS		69.857	63.825
Devedores por depósitos em garantia	10	59.699	55.900
Recursos a receber por securitização	10	-	705
Outros ativos	10	10.157	7.220
ATIVO TANGÍVEL	11	34.527	36.259
ATIVO INTANGÍVEL	12	692	1.081
TOTAL DO ATIVO		2.554.914	2.511.947

Banco Industrial do Brasil S.A.
Balancos Patrimoniais Consolidados em IFRS
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		135	1.951
Instrumentos financeiros derivativos	8	135	1.951
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		1.919.077	1.918.626
Depósitos de instituições financeiras	13	90.664	149.778
Depósitos de clientes	14	932.912	975.129
Obrigações por títulos e valores mobiliários	15	480.997	456.949
Obrigações por empréstimos e repasses no país	16	62.397	46.705
Obrigações por empréstimos e repasses no exterior	17	346.351	284.075
Cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios	18	4	14
Outros passivos financeiros	19	5.752	5.976
PASSIVOS FISCAIS	22	4.735	4.411
Correntes		4.685	4.411
Diferidos		50	
PROVISÕES	20	53.053	49.961
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras		53.053	49.961
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21	23.694	21.843
DÍVIDAS SUBORDINADAS	23	59.912	40.729
TOTAL DO PASSIVO		2.060.606	2.037.521
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		18	29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		367.223	367.223
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(65)	(133)
Reservas		127.132	107.307
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		494.290	474.397
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.554.914	2.511.947

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Consolidados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído)

	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		135	1.951
Instrumentos financeiros derivativos	8	135	1.951
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		1.919.077	1.918.626
Depósitos de instituições financeiras	13	90.664	149.778
Depósitos de clientes	14	932.912	975.129
Obrigações por títulos e valores mobiliários	15	480.997	456.949
Obrigações por empréstimos e repasses no país	16	62.397	46.705
Obrigações por empréstimos e repasses no exterior	17	346.351	284.075
Cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios	18	4	14
Outros passivos financeiros	19	5.752	5.976
PASSIVOS FISCAIS	22	4.735	4.411
Correntes		4.685	4.411
Diferidos		50	
PROVISÕES	20	53.053	49.961
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras		53.053	49.961
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21	23.694	21.843
DÍVIDAS SUBORDINADAS	23	59.912	40.729
TOTAL DO PASSIVO		2.060.606	2.037.521
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		18	29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		367.223	367.223
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(65)	(133)
Reservas		127.132	107.307
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		494.290	474.397
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.554.914	2.511.947

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes Consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído)

	Nota Explicativa	2015	2014
Receitas com juros e similares	26	436.103	340.082
Despesas com juros e similares	27	(357.945)	(237.773)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		78.158	102.309
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros		43.967	8.153
Resultado de instrumentos financeiros	29	43.967	(3.869)
Resultado de instrumentos de patrimônio	28	-	12.022
Variações cambiais líquidas	30	20.579	16.097
Receitas de tarifas e comissões	31	7.069	6.778
Despesas de tarifas e comissões	31	(6.138)	(5.173)
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		143.636	128.164
Despesas administrativas		(95.993)	(96.691)
Despesas com pessoal	32	(50.625)	(48.469)
Despesas tributárias		(1.558)	(1.229)
Outras despesas administrativas	33	(43.809)	(46.993)
Outras receitas (despesas) operacionais		45.911	54.357
Depreciações e amortizações		(2.002)	(1.965)
Provisões líquidas		-	(405)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		(27.848)	(19.317)
Resultado na alienação de bens não classificados como ativo não corrente destinado à venda		-	(3.101)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		63.704	61.042
Imposto sobre a renda e contribuição social	22	(14.477)	(21.594)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		49.227	39.448
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR 1.000 AÇÕES (em reais - R\$)		0,29	0,24
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO			
Ações ordinárias		32.682	26.860
Ações preferenciais		16.546	13.599
Quantidade de ações ordinárias		113.735.909	113.735.909
Quantidade de ações preferenciais		57.581.392	57.581.392

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações do Valor Adicionado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto o lucro básico e diluído)

	2015	2014
1. Receitas	459.292	332.595
1.1 Receitas com juros e similares	436.103	340.082
1.2 Ganhos com ativos e passivos financeiros	43.967	8.153
1.3 Receita de tarifas e comissões	7.069	6.778
1.4 Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(27.848)	(19.317)
1.5 Outras receitas (despesas) não operacionais	-	(3.101)
2. Despesas	(357.945)	(237.773)
2.1 Despesas com juros e similares	(357.945)	(237.773)
2.2 Perdas com ativos e passivos financeiros	-	-
3. Insumos adquiridos de terceiros	16.544	17.884
3.1 Materiais, energia e outros	(13.020)	(12.728)
3.2 Serviços de terceiros	(8.202)	(6.495)
3.3 Perda (recuperação) de valores ativos	37.766	37.107
4. Valor adicionado bruto	117.891	112.706
5. Depreciação, amortização e exaustão	(2.002)	(1.965)
6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	115.889	110.741
7. Valor adicionado recebido em transferência	-	-
8. Valor adicionado a distribuir	115.889	110.741
9. Distribuição do valor adicionado	115.886	110.740
9.1 Pessoal	50.624	48.469
9.1.1 Remuneração direta	33.229	33.415
9.1.2 Benefícios	8.309	7.060
9.1.3 Encargos sociais	9.086	7.994
9.2 Impostos, taxas e contribuições	16.035	22.823
9.2.1 Federais	14.987	21.970
9.2.2 Municipais	1048	853
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	1.002	991
9.3.1 Aluguéis	1.002	991
9.4 Remuneração de capitais próprios	49.227	39.448
9.4.1 juros sobre capital próprio e dividendos	29.400	22.700
9.4.2 Lucros retidos	19.827	16.748

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

	Reservas						Lucro do exercício	Ajuste a valor de Mercado TVM	Total do patrimônio líquido
	Capital Social	Aumento de Capital Social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária			
Em 31 de dezembro de 2013	367.223	-	-	72	12.374	64.720	13.391	315	458.095
Ajuste de valor a mercado TVM	-	-	-	-	-	-	-	(446)	(446)
Lucro líquido no exercício.....	-	-	-	-	-	-	39.448	-	39.448
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal 24c	-	-	-	-	2.014	-	(2.014)	-	-
Reserva estatutária 24c	-	-	-	-	-	29.136	(29.136)	-	-
Remuneração do capital próprio 24b	-	-	-	-	-	-	(22.700)	-	(22.700)
Em 31 de dezembro de 2014	367.223	-	-	72	14.388	93.856	(1.011)	(131)	474.397
Ajuste de valor a mercado TVM	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Lucro líquido no exercício.....	-	-	-	-	-	-	49.227	-	49.227
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal 24c	-	-	-	-	2.461	-	(2.461)	-	-
Reserva estatutária 24c	-	-	-	-	-	16.405	(16.405)	-	-
Remuneração do capital próprio 24b	-	-	-	-	-	-	(29.400)	-	(29.400)
Em 31 de dezembro de 2015	367.223	-	-	72	16.849	110.261	-	(65)	494.290

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidadas
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	49.227	39.448
Ajustes ao lucro		
Depreciação do ativo tangível	1.612	1.396
Amortização do ativo intangível	390	568
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(6.440)	6.027
Constituição de provisões	3.092	6.623
Ajuste ao valor de mercado T.V.M	194	(446)
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	2.432	8.315
Ativos financeiros para negociação	(45.829)	(335.291)
Ativos financeiros disponíveis para venda	75.467	2.498
Empréstimos e recebíveis	18.073	595.448
Ativos não correntes para venda	(39.046)	(2.171)
Outros ativos	(6.233)	(252.169)
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais	(77.484)	246.941
Passivos financeiros para negociação	(1.816)	1.966
Outros passivos financeiros	(223)	(5.334)
Outras obrigações	1.838	7.962
Recursos de depósitos de instituições financeiras e de clientes	(77.283)	242.347
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(26.976)	308.872
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo tangível	120	(1.812)
Ativo intangível	-	(57)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	120	(1.869)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Emissão e pagamento de dívidas subordinadas	19.183	(30.772)
Recursos de empréstimos	77.958	83.553
Dividendo pagos	(29.400)	(22.700)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	67.741	30.081
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa	40.885	337.085
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	627.294	290.209
No fim do período	668.179	627.294
Aumento / (Redução) de caixa ou equivalente de caixa	40.885	337.085

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

1. Atividade e estrutura do Grupo

O Banco Industrial do Brasil S.A (Banco ou Banco Industrial) é uma sociedade anônima, de capital aberto, conforme registro concedido em 7 de março de 2008 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1703, na cidade de São Paulo. O Banco está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituição controlada, integrantes do Conglomerado Financeiro Industrial, cujas atividades incluem a distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários, e a administração de cartões de crédito. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme plano de convergência estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários, através da Instrução CVM 457, de 13 de julho de 2007, e pelo Banco Central do Brasil, através do Comunicado 14.259, de 10 de março de 2006, Resolução 3.786, de 24 de setembro de 2009 e Circular 3.472, de 23 de outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar anualmente demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation)*.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Industrial foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRIC”) traduzidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (“IBRACON”).

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foram as primeiras elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2009 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). As demonstrações financeiras societárias foram elaboradas localmente no Brasil de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), doravante denominados “BR GAAP”.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados em sua elaboração.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Banco Industrial e de suas controladas em 30 de março de 2016.

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

a) Informações comparativas

Estas demonstrações financeiras consolidadas incluem dois anos de informações comparativas para o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo “IFRS”.

b) Utilização de estimativas e julgamentos

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio líquido consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do Banco na elaboração das demonstrações financeiras. O Banco realiza estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dentro do próximo exercício social. Todas as estimativas e assunções, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na nota nº 3.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, a provisão para contingências, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

c) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Industrial, bem como suas subsidiárias no País e no Exterior, a seguir relacionadas:

Denominação Social	País de Origem	Método de consolidação	Participação %	
			2015	2014
Industrial do Brasil DTVM Ltda	Brasil	Integral	99,64	99,64
Monceau Consultoria e Serviços Ltd.	Portugal	Integral	-	100
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda.	Brasil	Integral	99,99	99,99

Entende-se por “subsidiárias” as entidades nas quais o banco tem a possibilidade de exercer controle. Essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior, quando o controle é exercido pelo banco, como no caso de acordos com acionistas da investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações financeiras das entidades sobre as quais o banco exerce controle estão consolidadas. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre essas empresas são eliminados nessa consolidação.

Em razão do encerramento de atividades da Monceau Consultoria e Serviços Lda, em 14 de dezembro de 2015 foram recebidos os recursos componentes do capital encerrando-se assim a participação que o Banco possuía.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Grupo.

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Variações Cambiais Líquidas” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como “Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

As variações cambiais das operações no exterior estão distribuídas nas linhas da demonstração do resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

b) Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais representam informação financeira adicional para IFRS.

c) Instrumentos Financeiros

c.1) Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria

efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

c.2) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (“regular waytrades”): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado

c.3) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros:

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

c.4) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado):** essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- **Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado:** Os ativos financeiros são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).

Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto.

Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil em que o Banco é arrendador e se caracterizam pela transferência substancialmente de todos os riscos e benefícios de propriedade sobre os ativos arrendados aos arrendatários. Estas operações são apresentadas como parte de “operações de crédito e adiantamentos a clientes” e são avaliadas pelo valor do investimento líquido no arrendamento acrescido dos encargos incrementais diretamente atribuíveis, sendo mensurados pelo custo amortizado, usando o método de taxa efetiva de juros.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

c.5) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **“Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil”:** saldos de caixa, depósitos a vista no Brasil e no exterior e saldos credores à vista referentes a depósitos no Banco Central do Brasil.
- **“Empréstimos e adiantamentos”:** incluem os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, créditos de taxas e comissões, depósitos efetuados por determinação judicial e outras contas a receber.
- **“Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras”:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **“Empréstimos e adiantamentos a clientes”:** inclui saldos devedores de todos os demais créditos, exceto os representados por títulos, e também empréstimos transferidos e vendidos pelo Banco com retenção substancial de riscos e benefícios.
- **“Instrumentos de dívida”:** bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **“Instrumentos de patrimônio”:** instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **“Outros Ativos”:** referem-se basicamente a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou “Clientes”.
- **“Derivativos”:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c.6) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos com o propósito de geração de resultado no curto prazo, derivativos não designados como instrumentos de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting), e os passivos financeiros resultantes de venda direta de instrumentos de capital de propriedade de terceiros mediante compromisso de recompra (posições vendidas “short”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: Os passivos financeiros são classificados nessa categoria com o propósito de fornecimento de informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos e reconhecimento de resultado em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros (ou ambos) que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no seu valor justo (de acordo em uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento).
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

c.7) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas da demonstração da posição financeira consolidada:

- “Depósitos de instituições financeiras”: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- “Depósitos de clientes”: inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do banco junto aos seus clientes.
- “Obrigações por títulos e valores mobiliários”: inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- “Obrigações por empréstimos no exterior”: inclui a captação de recursos junto a banqueiros no exterior.
- “Outros passivos financeiros”: são registradas nesta rubrica as oscilações das moedas estrangeiras utilizadas na conversão das operações de “câmbio” pronto para moeda funcional da entidade não liquidadas até a data de encerramento do exercício.
- “Derivativos”: inclui o valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (hedge accounting).

c.8) Mensuração dos instrumentos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

- **Mensuração dos ativos financeiros**

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis, e instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e derivativos que tenham como objeto instrumentos de patrimônio com estas características.

Todos os derivativos são reconhecidos na demonstração de posição financeira ao valor justo desde a data de fechamento da operação. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (Perdas) líquidos com instrumentos financeiros” da demonstração consolidada de resultado abrangente. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

- **Mensuração dos instrumentos de patrimônio**

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente segura e os derivativos financeiros que tenham de forma subjacente instrumentos de patrimônio com estas características e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não recuperação relacionadas.

- **Mensuração dos passivos financeiros**

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

- **Mensuração dos instrumentos financeiros derivativos**

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Técnicas de avaliação

Os métodos adotados pelo Banco Industrial para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- **Nível 1:** O Banco utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário "ativo" e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&F estão alocados neste nível.

- **Nível 3:** Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não haviam instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014. A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros para negociação	658.028	-	658.028	612.199	-	612.199
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.000	19.053	36.053	94.257	17.153	111.410
Passivos financeiros para negociação	(135)	-	(135)	(1.951)	-	(1.951)

As principais técnicas usadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pelos modelos internos (nível 2) do Banco Industrial para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2015	2014		
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Debentures	19.053	17.153	Valor presente	Dados de mercado observáveis (taxa de desconto e juros)

O valor justo dos instrumentos financeiros resultante dos modelos internos mencionados anteriormente leva em conta, entre outros, os termos do contrato e dados de mercado observáveis, que incluem taxas de juros, taxas de câmbio, preço de mercado cotado de ações, volatilidade e pré-pagamentos. Os modelos de avaliação não são significativamente subjetivos, já que essas metodologias podem ser ajustadas e auferidas, conforme adequado, através do cálculo interno do valor justo e da subsequente comparação com o respectivo preço ativamente negociado. Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco opera de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

Para instrumentos financeiros avaliados com base em modelagem interna, pode ocorrer uma diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o valor que seria determinado na mesma data utilizando-se uma técnica de avaliação. Considerando a simplicidade dos termos dos instrumentos financeiros negociados pelo Banco Industrial, a entidade considera que esta diferença não é significativa.

Os empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos não possam ser apurados de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo amortizado. A Administração do Banco considera que as variações entre os valores de custo amortizado e os valores justos não são significativos.

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

	<u>31 de Dezembro</u>	
	<u>2015</u>	
Ativo	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamento a clientes	1.685.215	1.720.408
	<u>1.685.215</u>	<u>1.720.408</u>

	<u>31 de Dezembro</u>	
	<u>2014</u>	
Ativo	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e adiantamento a clientes	1.647.110	1.714.467
	<u>1.647.110</u>	<u>1.714.467</u>

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final dos exercícios:

	31 de Dezembro	
	2015	
Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.023.576	1.042.389
Obrigações por empréstimos e repasses	408.748	408.748
Obrigações por títulos e valores mobiliários	480.997	480.997
Outros passivos financeiros	5.758	5.758
	1.919.079	1.937.892

	31 de Dezembro	
	2014	
Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivo financeiro ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições financeiras e demais clientes	1.124.907	1.137.959
Obrigações por empréstimos e repasses	330.780	330.780
Obrigações por títulos e valores mobiliários	456.949	456.949
Outros passivos financeiros	5.990	5.990
	1.918.626	1.931.678

c.9) Transferência de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

- i. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
- ii. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:
 - Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

- A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.
- iii. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros através da compra de uma opção de compra ou o lançamento de uma opção de venda que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares - é feita a seguinte distinção:
- Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.
 - Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

c.10) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

c.11) Apresentação líquida de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis.

c.12) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência objetiva de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

i. Ativos financeiros avaliados individualmente

A cada data do balanço patrimonial, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de deterioração dos ativos. Este procedimento é aplicado a todos os ativos financeiros considerados individualmente significativos.

A evidência objetiva de deterioração existe se um ou mais dos seguintes eventos ocorreu:

- o devedor está passando por dificuldades financeiras;
- ocorrência de quebra contratual, ou inadimplência no pagamento de juros ou do principal;
- o Banco faz concessões à contraparte, por razões relativas à dificuldade financeira do mesmo, que são condições mais favoráveis se comparadas aquelas que o Banco negociaria em situações normais;
- alta probabilidade de que a contraparte entre em falência ou sofra reorganização societária; e
- evidência de deterioração no valor da garantia atrelada ao ativo.

As perdas em decorrência de redução ao valor recuperável são calculadas através do desconto do fluxo de caixa esperado do ativo utilizando sua taxa de juros efetiva original e por meio da comparação do valor presente resultante com o valor contábil atual do ativo, sendo esta diferença lançada imediatamente no resultado contábil do exercício. O valor contábil do ativo deteriorado no balanço patrimonial é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Se o valor da perda mensurada para um ativo deteriorado diminui num período subsequente e esta diminuição pode ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da redução do valor recuperável, o excesso é reconhecido através da redução da conta de provisão do ativo. A reversão é reconhecida em contrapartida ao resultado contábil do exercício.

Ativos financeiros (e a respectiva conta de provisão para deterioração) são normalmente baixados, mesmo que parcialmente ou no total, quando não há expectativa de recuperação destes valores.

ii. Ativos financeiros avaliados coletivamente

Os ativos financeiros avaliados coletivamente são divididos em dois grupos: provisões para ativos em atraso que estão abaixo do limiar da avaliação individual (provisões para deterioração coletiva) e perdas em ativos que foram incorridas, mas que não foram identificadas separadamente na data do balanço patrimonial (provisões latentes). Ativos financeiros avaliados individualmente que não possuam evidência de perda identificada e que não estão em atraso são agrupados de acordo com suas características de risco de crédito com o propósito de se calcular uma perda coletiva estimada. Isto reflete as perdas por deterioração incorridas na data do balanço patrimonial que só serão identificadas individualmente no futuro.

A provisão para deterioração coletiva é determinada levando-se em conta:

- a experiência histórica de perda em portfólios com características similares de risco de crédito;
- o período estimado entre a ocorrência da deterioração e a perda que está sendo identificada; e
- o julgamento da administração sobre a influência das condições econômicas e de crédito nos atuais níveis de perda registrados e verificação quanto à necessidade de incremento ou redução da provisão calculada com base na experiência histórica de perda.

c.13) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação, quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.
- No caso de instrumentos de patrimônio, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com uma despesa à demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente registradas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Os saldos são considerados como não recuperáveis e o provisionamento de juros é suspenso quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas pelas entidades consolidadas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Cobranças relativas a empréstimos e recebíveis não recuperáveis são utilizadas para reconhecer os juros provisionados, e o restante, se houver, para reduzir o principal em aberto. O valor dos ativos financeiros que seriam considerados como não recuperáveis caso as suas condições não tivessem sido renegociadas não é substancial em relação às demonstrações financeiras do Banco como um todo.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades consolidadas para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta "Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros". O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação apresenta atraso superior a 60 dias, que é o prazo que a Administração entende que o recebimento do principal e dos juros deixa de ser provável.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de um ativo financeiro, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.
- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito.
- As circunstâncias em que previsivelmente as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva do instrumento (se a sua taxa contratual for fixa) ou a taxa contratual efetiva na data de desconto (se for variável).

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há evidência de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

O Banco possui certas políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e compromissos, na identificação de sua não-recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas decorrentes de risco de crédito, o Banco efetua a seguinte distinção:

Provisão específica

O Banco classifica operações de crédito de acordo com seu nível de risco e o número de dias de atraso dessa operação. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com:

- As condições do devedor e de qualquer avalista, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atuação, contingências e limites de crédito.
- As características da operação, tais como sua natureza e objetivo, tipo, suficiência e nível de liquidez da garantia e valor total do crédito.

Provisão para perdas incorridas não especificamente identificadas

O Banco cobre suas perdas inerentes com ativos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado e com passivos contingentes levando em conta a experiência histórica de não recuperação e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para tais fins, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base das informações financeiras, calculadas utilizando-se dados históricos de perdas efetivadas.

As operações vencidas a mais de 360 dias são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação fora do balanço patrimonial para fins de cobrança e dedutibilidade fiscal.

As operações de crédito renegociadas que já haviam sido baixadas e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

iii. Instrumentos de dívida ou Instrumentos de patrimônio classificados como disponíveis para venda

O valor das perdas por não-recuperação com esses instrumentos é a diferença positiva entre seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, menos qualquer perda por não-recuperação previamente reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

Quando há prova objetiva, na data de mensuração desses instrumentos, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a uma não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao Valor Justo - Ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Se a totalidade ou parte das perdas por não-recuperação for subsequentemente revertida, o valor revertido é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, na demonstração consolidada do resultado do exercício em que houver ocorrido a reversão (ou no patrimônio líquido, sob a rubrica "Ajustes ao Valor Justo - Ativos financeiros disponíveis para venda", no caso de instrumentos de patrimônio).

iv. Instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição

A perda por não recuperação de instrumentos de patrimônio mensurados ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não recuperação são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

d) Instrumentos Não Financeiros

d.1) Ativos não correntes para venda

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada superior a um ano a contar da data-base das informações financeiras. Portanto, prevê-se que o valor contábil desses itens - que podem ser de natureza financeira ou outra - será recuperado através do produto de sua alienação. Especificamente, imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não circulantes destinados à venda que devem ocorrer normalmente em até um ano.

Ativos não correntes para venda estão mensurados ao valor contábil desde a data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

d.2) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “despesas administrativas”.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecido na demonstração consolidada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Tempo de vida útil estimado
Edificações	25 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Sistema de Comunicação	5 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Aeronaves	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil tiver de ser estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas no mínimo ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

d.3) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subseqüentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares, estimado em 5 anos.

As entidades consolidadas não reconheceram qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos.

d.4) Operações de Arrendamento Mercantil

Leasings financeiros

Leasings financeiros são contratos que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

O Banco Industrial possui um contrato de *leasing* financeiro vigente, decorrente da aquisição de uma aeronave, registrado na rubrica “ativo tangível” (vide nota nº 12).

Leasings operacionais

Em *leasings* operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de *leasing*, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica “Outras despesas administrativas” em suas demonstrações consolidadas do resultado. Observamos que o Banco não possui para as datas findas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 operações de *leasing* operacional.

d.5) Ativos e passivos contingentes e provisões

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- **Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

- **Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

- **Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões em relação às quais se considere provável a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, cuja probabilidade de perda seja possível, não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

e) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii. Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para as entidades consolidadas (deliberação do Conselho de Administração)

iii. Comissões, tarifas e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado abrangente utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros cuja ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.
- Despesa tributária, inclui basicamente despesas com tributos estaduais, tributos municipais e taxa de fiscalização CVM.

iv. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para o banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

f) Garantias financeiras

O Banco Industrial emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente, caso estes não tenham sido liquidados no início do contrato.

Garantias financeiras, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Durante os períodos reportados nestas demonstrações financeiras a administração do Banco Industrial e suas controladas não identificaram a necessidade de constituição de provisão para desembolsos em decorrência de garantias financeiras prestadas.

g) Impostos sobre a renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e para contribuição social, 15% até agosto de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e para contribuição social, 15% para os créditos tributários com expectativa de realização posterior a dezembro de 2018 e 20% para os com expectativa até aquela data.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota nº 23, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos sobre a renda.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “caixa e equivalentes de caixa”. Consequentemente, o banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos reconhecidos no item “caixa e reservas no banco central do Brasil” no balanço patrimonial consolidado.

i) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis

impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (joint venture) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (joint venture). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) –Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 –Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB

4. Caixa e equivalente de caixa

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Caixa:		
Moeda nacional	932	620
Moeda estrangeira	9.765	14.740
	10.697	15.360

Depósitos junto ao Banco Central do Brasil representam depósitos associados às reservas compulsórias e não estão disponíveis para o uso do Banco Industrial em suas operações diárias.

5. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	31 Dezembro	
	2014	2014
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	658.028	612.199
	658.028	612.199
Tipo:		
Operações compromissadas - LTN/NTN	655.997	610.175
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.009	2.024
Operações compromissadas	1.022	-
	658.028	612.199
Prazo de vencimento:		
De 31 a 180 dias	100.000	6.009
De 181 a 360 dias	2.031	1.014
Acima de 360 dias	555.997	605.176
	658.028	612.199
Moeda:		
Real	658.028	612.199
	658.028	612.199

6. Instrumentos de dívida

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	36.053	111.410
	36.053	111.410
Tipo:		
Títulos livres	11.626	67.078
Vinculados a operações compromissadas	14.361	32.393
Vinculados a garantias em bolsa	10.066	11.939
	36.053	111.410
Composição:		
Títulos do Governo Federal	15.952	94.258
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.952	94.258
Debêntures	19.053	17.152
Outros títulos	1.048	-
	36.053	111.410
Saldos no início dos exercícios	111.410	103.419
Compras (vendas)líquidas	(78.623)	(14.680)
Ajuste a valor de mercado	110	10.758
Resultado	3.156	11.913
Saldos no fim dos exercícios	36.053	111.410

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de proteção é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBovespa S.A., que são avaliados pelo Valor Justo, por meio dos ajustes diários.

a) Saldos patrimoniais com instrumentos financeiros derivativos

A composição, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação é a seguinte:

	31 de Dezembro			
	2015		2014	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de taxa de juros:				
Contratos futuros	-	(135)	-	(1.986)
Operações de Swap	-	-	35	-
	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>35</u>	<u>(1.986)</u>

b) Valores de referência (notional) e valores justos de instrumentos derivativos

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais e dos valores justos dos instrumentos derivativos mantidos pelo Banco é a seguinte:

	31 de Dezembro					
	2015			2014		
	Contratos			Contratos		
	Posição Comprada	Posição Vendida	Valor Justo	Posição Comprada	Posição Vendida	Valor Justo
Mercado Futuro:						
Taxa de Juros - DI		503.381	(135)	-	763.543	35
Moeda	239.120	56.982		125.682	-	
	<u>239.120</u>	<u>560.363</u>	<u>(135)</u>	<u>125.682</u>	<u>763.543</u>	<u>35</u>

A composição dos valores de referência (notional) e/ou contratuais dos instrumentos derivativos, por vencimento, é como segue:

	31 de Dezembro de 2015					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	
Operações de Swap:						
CDI x IGPM	(11)	(29)	(74)	(17)	(4)	(135)
Mercado Futuro:						
Posição Comprada	56.620	58.982	76.914	-	46.604	239.120
Posição Vendida	311.715	242.179	6.469	-	-	560.363
	<u>368.324</u>	<u>301.132</u>	<u>83.309</u>	<u>(17)</u>	<u>46.600</u>	<u>799.348</u>

31 de Dezembro de 2014						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	Total
Operações de Swap:						
CDI x IGPM	2	7	19	6	1	35
Mercado Futuro:						
Posição Comprada	38.686	5.267	50.763	-	30.966	125.682
Posição Vendida	557.275	190.124	16.144	-	-	763.543
	595.963	195.398	66.926	6	30.967	889.260

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultados de ativos e passivos financeiros (líquidos)" na demonstração consolidada do resultado abrangente e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Tais contratos são registrados e custodiados na BM&FBovespa, com garantias de margens oferecidas pelas contrapartes, gerenciando assim a exposição ao risco de crédito dessas operações.

8. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica "empréstimos e adiantamentos a clientes" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Empréstimos e recebíveis:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	1.685.215	1.647.110
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(26.593)	(16.244)
	1.658.622	1.630.866

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Composição por produto

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de crédito, setor e tipo de taxa de juros.

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Tipo de crédito:		
Resolução nº 63	596	2.572
Contas garantidas	189.400	214.826
Financiamento em moedas estrangeiras	39.831	18.326
Desconto de títulos	-	111
BNDES	14.777	-
Capital de giro	662.963	632.009
Sistema único de saúde	18.134	34.724
Crédito direto ao consumidor	176.299	184.151
Finame	47.743	46.340
Devedores por compra de valores e bens	-	2.609
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	3.892	3.875
Confissão de dívida	2.791	2.199
Venda de Recebíveis sem Coobrigação *	528.789	505.368
Total	1.685.215	1.647.110
Setor econômico:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	1.508.916	1.462.959
Empréstimos a pessoas físicas	176.299	184.151
	1.685.215	1.647.110
Taxa de juros:		
Juros prefixados	991.341	968.926
Juros posfixados	693.874	678.184
	1.685.215	1.647.110

(*) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis, cujas receitas auferidas estão contabilizadas na rubrica de Outras Receitas Operacionais.

A nota 45 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos correspondentes.

c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

As variações nas provisões para as perdas por redução ao valor recuperável são as seguintes:

	31 de Dezembro				
	2015	Constituição/ (Reversão)	2014	Constituição/ (Reversão)	2013
Capital de Giro	19.220	8.855	10.365	(30.583)	40.948
CDC	1.400	200	1.200	(736)	1.936
Contas Garantidas Vencidas	5.820	2.489	3.331	2.207	1.124
Aquisição de créditos	20	(44)	64	(476)	540
Finame	-	-	-	-	-
Crédito Pessoal - Sem Consignação	133	129	4	(124)	128
Adiantamento sobre contratos de câmbio	-	(1.280)	1.280	6	1.274
Saldo no final do exercício	26.593		16.244		45.950

Adicionalmente as constituições líquidas de provisão ocorridas no período com perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros foram sensibilizadas pela recuperação de crédito baixados para prejuízo no total de R\$3.136 (R\$10.203 em 2014). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 19.212 (R\$ 2.430 em 2014).

d) Operações vencidas por classes de ativos

Apresentamos a seguir a composição dos empréstimos e adiantamentos a clientes vencidas por classes de ativos e por dias vencidos.

Vencidos:	31 de dezembro de 2015							Total
	Até 30 dias	de 31 á 60 dias	de 61 á 90 dias	de 91 á 120 dias	de 121 á 150 dias	de 151 á 180 dias	acima de 180 dias	
Contas garantidas	1.655	177	202	1.090	325	968	1.403	5.820
Capital de giro	5.465	585	664	3.601	1.074	3.198	4.632	19.219
Crédito direto ao consumidor	398	43	48	262	78	233	337	1.399
Aquisição de créditos	43	5	5	30	10	25	37	155
Total	7.561	810	919	4.983	1.487	4.424	6.409	26.593

Vencidos:	31 de dezembro de 2014							Total
	Até 30 dias	de 31 á 60 dias	de 61 á 90 dias	de 91 á 120 dias	de 121 á 150 dias	de 151 á 180 dias	acima de 180 dias	
Contas garantidas	947	102	115	624	186	554	803	3.331
Capital de giro	4.153	264	301	1.626	485	1.444	2.091	10.364
Crédito direto ao consumidor	341	37	41	225	67	200	289	1.200
Aquisição de créditos	19	2	2	13	4	11	17	68
Adiantamento sobre contratos de câmbio	364	39	44	240	72	213	309	1.281
Total	5.824	444	503	2.728	814	2.422	3.509	16.244

9. Ativos mantidos para venda

Os ativos não financeiros classificados como mantidos para venda são registrados no balanço patrimonial quando de sua efetiva apreensão. Estes ativos são correspondentes a imóveis, máquinas e equipamentos disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado na alienação de ativos não correntes para venda. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

A política do Banco consiste em contabilizar o bem em "Ativos Mantidos para Venda" limitado ao valor da dívida. O Banco busca vender seus bens não de uso no mercado, desde que não haja impedimento jurídico, por preços que cubram os prejuízos na carteira de crédito, não ocorrendo a venda no período de 6 meses os bens são encaminhados para venda em leilão. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem.

Composição:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Ativos mantidos para venda	57.602	18.556
	57.602	18.556
Tipo:		
Veículos	4.999	4.999
Imóveis	51.987	13.557
Outros	616	-
	57.602	18.556
Movimentações		
Saldo Inicial	18.556	16.385
Entradas	39.046	5.272
Alienação		(3.101)
	57.602	18.556

10. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica "outros ativos" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantias	59.699	55.900
Despesas antecipadas	56	44
Adiantamentos a fornecedores	1.410	1.390
Recursos recebidos	3.229	3.277
Outros recebíveis	5.463	3.214
	69.857	63.825

11. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	% anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perda por não-recuperação	Saldo líquido
Terrenos e edificações	4%	27.593	(2.715)	-	24.878
Sistemas de processamento de dados	20%	2.817	(2.391)	-	426
Móveis e equipamentos de uso e Sist. de Segurança	10%	1.692	(1.172)	-	520
Sistema de Comunicação	20%	267	(240)	-	27
Benfeitorias em andamento	20%	2.986	(2.916)	-	70
Aeronaves e Veículos	20%	10.672	(2.066)	-	8.606
Saldos em 31 de dezembro de 2015		46.027	(11.500)	-	34.527

	% anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Perda por não-recuperação	Saldo líquido
Terrenos e edificações	4%	27.593	(2.474)	-	25.119
Sistemas de processamento de dados	20%	2.753	(2.243)	-	510
Móveis e equipamentos de uso e Sist. de Segurança	10%	1.434	(1.105)	-	329
Sistema de Comunicação	20%	267	(236)	-	31
Benfeitorias em andamento	20%	2.986	(2.862)	-	124
Aeronaves e Veículos	20%	11.229	(1.083)	-	10.146
Saldos em 31 de dezembro de 2014		46.262	(10.003)	-	36.259

* Não há depreciação para terrenos.

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Custo:		
Saldos no início do exercício	46.262	48.593
Adições	-	1.812
Baixas	(235)	(4.143)
Saldos no final do exercício	46.027	46.262

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(10.003)	(12.750)
Baixas	-	4.143
Depreciação	(1.497)	(1.396)
Variação cambial e outros itens	-	-
Saldos no final do exercício	(11.500)	(10.003)

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado, no valor de R\$ 1.497 (R\$ 1.396 em 2014).

12. Ativo intangível

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Vida útil estimada	31 de Dezembro	
		2015	2014
Com vida útil definida:			
Softwares	5 anos	2.953	2.953
Outros ativos		203	204
Amortização acumulada		(2.464)	(2.075)
Perdas por não-recuperação		-	-
Saldos no final do exercício		692	1.082

As variações do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	2015	2014
Saldos no início do exercício	1.082	1.593
Amortizações	(390)	(511)
Saldos no final do exercício	692	1.082

As despesas com amortização foram contabilizadas na rubrica “depreciação e amortização”, na demonstração do resultado, no valor de R\$ 568 (R\$ 519 em 2013).

13. Depósitos de instituições financeiras

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Depósitos de instituições financeiras	90.664	149.778
	90.664	149.778
	2015	2014
Tipos:		
Operações compromissadas*	14.263	32.096
Depósitos interfinanceiros	76.401	117.682
	90.664	149.778

* Lastreado com títulos próprios

14. Depósitos de clientes

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	932.912	975.129
	932.912	975.129
Depósitos à vista	56.435	37.397
Depósitos a prazo	876.477	937.732
	932.912	975.129

15. Obrigações por títulos e valores mobiliários

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	480.997	456.949
	480.997	456.949
Composição:		
Obrigações por títulos e valores mobiliários	480.997	456.949
	480.997	456.949
Moeda:		
Real	480.997	456.949
	480.997	456.949

16. Obrigações por empréstimos e repasses no país

A composição dos saldos da rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses no país" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	62.397	46.705
	62.397	46.705
Composição:		
Obrigações por repasses - Finame/BNDES	62.397	46.705
	62.397	46.705
Moeda:		
Real	62.397	46.705
	62.397	46.705

17. Obrigações por empréstimos e repasses no exterior

A composição dos saldos da rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses no exterior" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Financiamento à exportação	167.337	166.610
Financiamento à importação	40.686	18.326
Obrigações por repasses no exterior - outras	138.328	99.139
	346.351	284.075
Moeda:		
Dolar norte americano	346.351	284.075
	346.351	284.075

18. Cessão de créditos com retenção substancial de riscos e benefícios

Refere-se basicamente a obrigações com Instituições Financeiras cessionárias em contratos de cessão de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, composto da seguinte forma:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Passivos financeiros mantidos ao custo amortizado	4	14
	4	14
Composição:		
Operações com fluxos de caixa a vencer	-	1
Operações liquidadas antecipadamente a repassar	4	13
	4	14

Como parte dos acordos de cessão, o Banco proveu garantias de crédito aos cessionários em relação a eventuais perdas por inadimplência dos empréstimos cedidos. Assim, o Banco continuou a reconhecer o valor total desses empréstimos em seu ativo e registrou os valores recebidos pelas cessões como passivos financeiros, devido a exposição da instituição a desembolsos futuros relacionados ao não pagamento das operações por parte dos clientes.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 o Banco não cedeu créditos com retenção substancial de riscos e benefícios.

19. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Classificação:		
Operações líquidas de câmbio a liquidar	5.754	5.976
	5.754	5.976

20. Provisões

O Banco Industrial e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das instituições com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Industrial e suas controladas têm por políticas provisionar o valor das ações de acordo com os potenciais riscos envolvendo cada processo, conforme prática divulgada na nota 3.c.5.

As obrigações de natureza cível, fiscal, trabalhista e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

a) Composição

A composição do saldo da rubrica "provisões" é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Provisões cíveis	7.462	7.462
Provisões trabalhistas	3.973	3.973
Provisões fiscais e previdenciárias	3.119	2.972
Outras provisões	37.240	34.638
Avais e fianças	1.259	916
	53.053	49.961

b) Variações

As variações na rubrica "provisões" foram as seguintes:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Saldos no início dos exercícios	49.961	43.338
Adições	3.092	6.623
Saldos no fim dos exercícios	53.053	49.961

A Administração entende que as provisões constituídas e demonstradas acima, são suficientes para atender prováveis perdas decorrentes de processos judiciais.

i) Obrigações legais e contingências tributárias e previdenciárias

Estão representadas pelo valor de R\$2.972 (R\$2.763 em 2013), registrado no Banco Industrial do Brasil SA, substancialmente, formado por processo de questionamento da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas operacionais totais ao invés de a base de cálculo se ater as receitas de serviços. Este processo conta com depósito judicial.

ii) Provisões trabalhistas

Compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e equiparação salarial.

iii) Provisões cíveis

Relacionadas a processos cíveis referentes a questionamentos de operações de crédito consignado, em sua grande maioria, que são provisionados tendo em vista a relação percentual entre o valor estipulado para a causa pela média de valores efetivamente indenizados ou estipulados para os acordãos.

21. Outras obrigações

A composição do saldo da rubrica “outras obrigações” é a seguinte:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Receitas diferidas *	1.422	1.192
Salários e encargos a pagar	7.631	5.941
Liquidações a efetivar	1.126	2.802
Dividendos a pagar	9.990	11.807
Outros	3.524	101
	23.694	21.843

*Refere-se, basicamente, a comissões recebidas pelo Banco pela prestação de garantias a clientes e que são diferidas pelos prazos de vigências dessas garantias.

22. Passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos dos exercícios pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	31 de dezembro de 2015		
	IR	CS	Total
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	62.109	62.109	
Adições / exclusões:			
Resultado de equivalência patrimonial	(3.041)	(3.041)	
Juros sobre o capital próprio	(29.400)	(29.400)	
Ajustes de IFRS			
Créditos baixados como prejuízo	(17.239)	(17.239)	
Superveniência / insuficiência de depreciações	0	0	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32.569	32.569	
Provisão para riscos fiscais	-	-	
Marcação a mercado de TVM e derivativos	-	-	
Passivos contingentes cíveis e trabalhistas	-	-	
Doações / reversão de impostos	(8.764)	(8.764)	
Outras inclusões / exclusões	132	193	
Base de cálculo	36.366	36.427	
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 15% (CS)	5.455	5.464	
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$240	3.291	-	
Incentivos fiscais	(647)	-	
Imposto de renda e contribuição social	8.099	5.464	
Imposto de renda diferido	-	-	
Realização (constituição) de crédito tributário	(4.763)	(4.161)	
Total de imposto de renda e contribuição social	3.336	1.303	4.639
Realização (constituição) de crédito tributário	(5.123)	(4.360)	9.164
Despesas com PIS e COFINS			-
Total de impostos sobre a renda			13.803

(1) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Lucro antes da tributação	62.019	61.042
Imposto de renda	(13.803)	(22.268)
Alíquota efetiva	22,26%	36,48%
	48.216	38.774

c) Impostos diferidos

O saldo da rubrica "créditos tributários diferidos" é:

	31 de dezembro	
	2.015	2.014
Créditos tributários - imposto de renda		
Sendo:		
Provisão para devedores duvidosos	7.954	4.756
Valor justo - TVM e instrumentos financeiros derivativos	-	55
Contingências	9.119	9.119
Créditos tributários - contribuição social		
Sendo:		
Provisão para devedores duvidosos	6.863	2.853
Valor justo - TVM e instrumentos financeiros derivativos	-	33
Contingências	4.901	4.901
Total de crédito tributário	28.837	21.717

As movimentações dos saldos da rubrica "créditos tributários" nos últimos dois exercícios foram:

	Saldo em 01 de janeiro de 2015	(Débito) crédito ao resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Créditos tributários diferidos	<u>21.717</u>	<u>7.120</u>	<u>28.837</u>
	<u>21.717</u>	<u>7.120</u>	<u>28.837</u>

	Saldos em 01 de janeiro de 2014	(Débito) crédito ao resultado	Saldos em 31 de dezembro de 2014
Créditos tributários diferidos	33.705	(11.988)	21.717
Passivos fiscais diferidos	(5.961)	5.961	-
Total	<u>27.744</u>	<u>(6.027)</u>	<u>21.717</u>

Com base em estudo técnico, a expectativa da Administração é a realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

<u>Exercícios</u>	Expectativa de	
	<u>realização por exercício</u>	<u>Valor presente (i)</u>
2016	5.766	7.189
2017	7.757	5.881
2018	1.294	854
2019	0	0
2020 (ii)	14.020	7.018
	<u>28.837</u>	<u>20.942</u>

- (i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2014 (1,16% a.m.).
- (ii) Estimativa para encerramento do processo judicial que originou a provisão para contingências fiscais.

23. Dívidas subordinadas

Em 8 de janeiro de 2007 o Banco Industrial assinou com o DEG - Deutsche Investitions Und Entwicklungsgesellschaft MBH um empréstimo subordinado de longo prazo - 10 anos - no valor de US\$15 milhões, indexados à LIBOR + 4,41% a.a. O DEG é uma subsidiária integral do KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau com sede na Alemanha. Em 28 de janeiro de 2008, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da mencionada operação como Dívida Subordinada de acordo com a Resolução nº. 2.837. Neste sentido, os US\$15 milhões podem ser considerados como Capital suplementar nível II, aumentando o Patrimônio Líquido do Banco Industrial do Brasil S/A em R\$16.291 em 31 de dezembro de 2014. Em 26 de agosto de 2013 recebemos um novo empréstimo subordinado no montante de US\$ 15 milhões com vencimento em 8 anos, indexado à taxa Libor 5,47% a.a. A utilização dos novos recursos como capital suplementar nível II encontra-se em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil. Esses contratos exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

<u>Data do Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Capital de nível II</u>	<u>Saldo</u>	<u>Capital de nível II</u>
08/01/2017	Libor + 4,41%	59.912	59.912	16.292	16.292
26/08/2021	Libor + 5,47%	-	-	24.437	24.437
		<u>59.912</u>	<u>59.912</u>	<u>40.729</u>	<u>40.729</u>

O Banco não apresentou nenhum atraso de principal, juros ou outros eventos em relação aos seus passivos subordinados durante os exercícios de 2015 e 2014.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas sem valor nominal, sendo 113.735.909 ordinárias e 57.581.392 preferenciais. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante legislação em vigor.

b) Distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Durante o exercício de 2015, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei N° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$29.400 (R\$22.700 distribuídos em 2014).

c) Reservas

Reserva legal

A reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social.

Reserva estatutária

O estatuto do Banco Industrial prevê a destinação de reserva para futuros investimentos, de uma parcela dos lucros não distribuídos aos acionistas, mantidos a disposição dos órgãos estatutários.

Reserva de reavaliação

Trata-se de reavaliação de ativos em empresas controladas.

25. Gestão de Capital

O Banco tem como objetivo atribuir as responsabilidades das Unidades envolvidas em sua consecução e estabelecer as diretrizes necessárias para que as empresas integrantes do conglomerado Industrial do Brasil administrem adequadamente seus procedimentos e controles, permitindo entendimento claro e a visualização de toda estrutura associada ao processo, de forma que fatos eventuais, que possam interferir adversamente no seu desempenho, sejam identificados e tratados em conformidade com as exigências do Banco Central do Brasil.

Define-se o Gerenciamento de Capital, como o processo contínuo de:

- b) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- c) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e
- d) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a instituição adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. O plano de capital definido pela direção do Banco Industrial do Brasil encontra-se alinhado às exigências do Banco Central do Brasil.

As empresas componentes do conglomerado Industrial do Brasil devem manter de forma adequadamente documentada, seus processos e controles para a devida gestão da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Basiléia

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital mínimo consistente com suas atividades, seguindo limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. Esses limites são baseados na Abordagem Padronizada de Basiléia II e utilizam como metodologia de medição, a análise e administração de gerenciamento de riscos, cujas políticas internas encontram-se detalhadas na nota 38.

O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro	
	2015	2014
Capital regulador de nível I ajustado	488.639	471.166
Instrumentos de dívida subordinada	11.982	16.292
Patrimônio de referência total (nível I + nível II) (a)	500.621	487.458
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito	267.002	277.075
Risco de câmbio	19.708	8.818
Risco de mercado	32.488	11.049
Risco ações	25.242	21.200
Patrimônio de referência exigido (b)	344.440	318.142
Margem (a - b)	156.181	169.316
Rban - Juros carteira não negociável	(32.606)	(35.609)
Margem (a - b)	123.575	133.707
Ativo ponderado pelo risco (i)	3.131.269	2.892.200
Índice de Basiléia	15,99%	16,85%

(*) calculado de acordo com as exigências do Banco Central do Brasil.

O Banco Industrial mantém investimentos em ativos tangíveis consistentes com seu capital, sendo que os recursos investidos em ativos tangíveis, determinados em base consolidada, são inferiores a 50% do capital ajustado de acordo com as normas vigentes do Banco Central do Brasil

26. Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	31 de dezembro	
	2015	2014
Receita de juros apropriada em ativos financeiros		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	79.457	63.663
Empréstimos e adiantamentos a clientes	343.740	261.988
Instrumentos de dívida	8.299	11.922
Outras	4.607	2.509
	436.103	340.082

27. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31 de dezembro	
	2015	2014
Depósitos	(13.241)	(14.325)
Despesas de captação	(179.795)	(148.843)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	(45.830)	(16.061)
Operações compromissadas	(115.756)	(55.659)
Despesas de empréstimo no exterior	(574)	(528)
Outras	(2.749)	(2.357)
	(357.945)	(237.773)

28. Resultado de instrumentos de patrimônio

A rubrica "Receitas de instrumentos de patrimônio" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição dos instrumentos de patrimônio.

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Títulos patrimoniais classificados como:		
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	12.022
Sendo:		
Valor justo	-	11.991
Dividendos	-	31
	-	12.022

29. Resultado de instrumentos financeiros

São compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Ativos financeiros para negociação, sendo:		
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	43.967	(3.869)
	43.967	(3.869)

30. Variações cambiais líquidas

As variações cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Variações cambiais líquidas, sendo:		
Rendas de variações de Taxas	65.861	45.358
Despesas de variações de Taxas	(45.988)	(29.498)
Variação Cambial Monceau	706	237
	20.579	16.097

31. Receitas e despesas de tarifas e comissões

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Receita com taxas e comissões		
Tarifas de cobrança	3.707	2.615
Tarifas bancárias	3.065	2.770
Outras tarifas recebidas	297	1.393
	7.069	6.778
Despesa com taxas e comissões		
Tarifas com serviços bancários	(2.668)	(2.122)
Tarifas com informações cadastrais	(1.831)	(1.708)
Outras taxas	(1.639)	(1.343)
	(6.138)	(5.173)
Receita líquida com taxas e comissões	931	1.605

32. Despesas com pessoal

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Salários	33.067	30.318
Encargos sociais	9.086	7.994
Benefícios	8.308	7.060
Outras despesas de pessoal	164	3.097
	50.625	48.469

33. Outras despesas administrativas

	31 de dezembro	
	2015	2014
Imóveis, instalações e materiais	2.070	1.784
Tecnologia e sistemas	5.951	5.561
Publicidade	452	592
Comunicações	1.163	1.298
Relatórios técnicos	5.424	4.171
Representações	1.255	1.136
Ajudas de custo e despesas de viagem	867	1.222
Consultoria Jurídica	11.174	11.503
Comissão	5.737	7.388
Prêmios de seguros	20	46
Outras despesas administrativas	9.696	12.292
	43.809	46.993

34. Resultado na alienação de ativo não corrente para venda

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Alienação de tangíveis	-	3.101
Prejuízos líquidos	-	3.101

35. Outras divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

O Banco Industrial não possui custódia de títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

b) Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco Industrial em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

c) Benefícios pós-emprego

O Banco Industrial não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

d) Rescisão de contrato e outros benefícios de longo prazo

O Banco Industrial não possui, para funcionários, colaboradores, diretores e membros do conselho de administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

e) Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A apólice de seguro foi contratada junto a Tokio Marine Seguradora S/A, com vigência de 17 de junho de 2015 a 17 de junho de 2016, englobando duas apólices distintas: Matriz / Filiais.

A apólice inclui ainda sub-limites conforme descrito a seguir:

Coberturas - Matriz	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	23.000	23.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas)	12.000	12.000
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo /tornado	2.500	2.500
Responsabilidade civil operações	2.000	2.000
Alagamentos/inundação	500	500
Equipamentos eletrônicos	500	500
Roubo e furto de bens	500	500
Danos elétricos	300	300
Responsabilidades contingentes	300	300
Responsabilidade garagista/incêndio/roubo	300	300
Quebra de vidros	100	100
Roubo no interior do estabelecimento	30	30
Roubo fora do estabelecimento	10	10

Coberturas - Filiais

Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	600	1.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas)	1.000	1.000
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo /tornado	150	150
Responsabilidade civil operações	600	1.000
Derrame e/ou vazamento de tubulações	150	150
Equipamentos eletrônicos	200	200
Roubo e furto de bens	300	300
Danos elétricos	100	100
Quebra de vidros	50	50
Perda ou pagamento de aluguel decorrente da cobertura básica	300	300

36. Segmentos operacionais

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco Industrial identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de operações de crédito com garantia de recebíveis. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui operações de crédito consignado para empregados do setor público.

As posições financeiras e resultados gerados por operações que não são se enquadram nos segmentos descritos acima são consideradas com operações de Tesouraria e não são controladas gerencialmente como um segmento operacional do Banco.

A distribuição geográfica das receitas geradas pelos segmentos atacado e varejo não é uma informação relevante no processo de tomada de decisão da Administração da instituição. Considerando este cenário, o Banco optou por não divulgá-las.

Todas as receitas demonstradas no quadro de segmentos foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas receitas entre os segmentos atacado e varejo nos exercícios de 2015 e 2014.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

31 de Dezembro 2015					
	Atacado	Varejo	Total Segmentos	Tesouraria	TOTAL
Receitas com juros e similares	218.889	84.807	303.696	132.407	436.103
Despesas com juros e similares	(161.182)	(73.056)	(234.238)	(123.707)	(357.945)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	57.707	11.751	69.457	8.701	78.158
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros	-	-	-	43.967	43.967
Resultado de instrumentos financeiros	-	-	-	43.967	43.967
Resultado de instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-
Variações cambiais (líquidas)	-	-	-	20.579	20.579
Receitas de tarifas e comissões	3.047	4.023	7.069	-	7.069
Despesas de tarifas e comissões	(594)	(4.987)	(5.582)	(556)	(6.138)
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	60.159	10.786	70.945	72.691	143.636
Despesas administrativas	(56.729)	(39.263)	(95.993)	-	(95.993)
Despesas com pessoal	(36.488)	(14.137)	(50.625)	-	(50.625)
Despesas tributárias	(1.123)	(435)	(1.558)	-	(1.558)
Outras despesas administrativas	(19.118)	(24.691)	(43.809)	-	(43.809)
Outras receitas (despesas) operacionais	31.069	10.045	41.114	4.797	45.911
Depreciações e amortizações	(1.443)	(559)	(2.002)	-	(2.002)
Provisões líquidas	-	-	-	-	-
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(21.286)	(8.247)	(29.533)	-	(29.533)
Resultado na alienação de bens não classificados como ativo não corrente	-	-	-	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	11.769	(27.238)	(15.469)	77.488	62.019
Imposto sobre a renda e contribuição social	(9.948)	(3.854)	(13.803)	-	(13.803)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	1.821	(31.093)	(29.272)	77.488	48.216
Outros:					
Total em ativos	1.108.799	429.598	1.538.397	694.081	2.232.478
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.108.799	429.598	1.538.397	-	1.538.397
Total em Passivos	672.396	260.516	932.912	-	932.912
depósitos de clientes	672.396	260.516	932.912	-	932.912

	31 de Dezembro 2014				
	Atacado	Varejo	Total Segmentos	Tesouraria	TOTAL
Receitas com juros e similares	170.694	66.134	236.828	103.254	340.082
Despesas com juros e similares	(107.069)	(48.529)	(155.598)	(82.175)	(237.773)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	63.625	17.605	81.230	21.079	102.309
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros	-	-	-	8.153	8.153
Resultado de instrumentos financeiros	-	-	-	(3.869)	(3.869)
Resultado de instrumentos de patrimônio	-	-	-	12.022	12.022
Variações cambiais (líquidas)	-	-	-	16.097	16.097
Receitas de tarifas e comissões	2.921	3.857	6.778	-	6.778
Despesas de tarifas e comissões	(501)	(4.203)	(4.704)	(469)	(5.173)
TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	66.046	17.259	83.305	44.861	128.164
Despesas administrativas	(56.327)	(40.364)	(96.690)	-	(96.691)
Despesas com pessoal	(34.934)	(13.535)	(48.469)	-	(48.469)
Despesas tributárias	(886)	(343)	(1.229)	-	(1.229)
Outras despesas administrativas	(20.508)	(26.485)	(46.993)	-	(46.993)
Outras receitas (despesas) operacionais	36.785	11.893	48.678	5.680	54.357
Depreciações e amortizações	(1.416)	(549)	(1.965)	-	(1.965)
Provisões líquidas	(292)	(113)	(405)	-	(405)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(14.393)	(4.924)	(19.317)	-	(19.317)
Resultado na alienação de bens não classificados como ativo não corrente	(3.101)	-	(3.101)	-	(3.101)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	27.301	(16.797)	10.505	50.540	61.042
Imposto sobre a renda e contribuição social	(15.375)	(6.218)	(21.594)	-	(21.594)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	11.926	(23.015)	(11.089)	50.540	39.448
Outros:					
Total em ativos	997.484	386.470	1.383.954	723.609	2.107.563
Empréstimos e adiantamentos a clientes	997.484	386.470	1.383.954	-	1.383.954
Total em Passivos	702.824	272.305	975.129	-	975.129
depósitos de clientes	702.824	272.305	975.129	-	975.129

37. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

As transações ordinárias realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

a) Remuneração da Administração

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração e de Diretoria:

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Remuneração fixa	4.782	2.379
	<u>4.782</u>	<u>2.379</u>

ii) Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- Qualquer entidade controlada pela instituição;
- Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

c) Participação acionária

O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

As principais transações e saldos são conforme segue:

d) Depósitos à prazo:

	31 de Dezembro			
	2015	2014	2015	2014
	Saldo		Resultado	
Administradores, familiares imediatos e empresas ligadas	49.573	49.000	-	-
Total	49.573	49.000	-	-

38. Gerenciamento de Riscos

O IFRS requer extensas divulgações, contendo informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras, avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros aos quais o Conglomerado está exposto na data de balanço. Estes riscos geralmente incluem, mas não se limitam, aos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, e operacionais. Apresentamos abaixo as notas destes riscos.

a. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos adotados pelo Banco, e o seu gerenciamento de capital.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação (Art.2º da Resolução 3.721 de 30 de abril de 2009).

O Risco de crédito traduz-se na perda em que se incorre, quando há incapacidade de uma contrapartida, numa operação de concessão de crédito.

Gerenciamento do Risco de Crédito

O processo de Gerenciamento do Risco de Crédito no Banco Industrial é conduzido pela estrutura interna de Compliance & Riscos, contando com o apoio e colaboração das Áreas de processamento, controle e contabilização das carteiras de operações (Back Offices das chamadas operações de crédito do Atacado, Varejo, Área Internacional / Câmbio e Financeira / Derivativos), geridas, por sua vez, por Agentes Setoriais de Compliance, e pela própria Área “head” de Compliance, de forma a atender aos requisitos da Resolução nº 3.721/2009 do Banco Central do Brasil.

O Gerenciamento do Risco de Crédito segregado da área de Análise de Crédito e das unidades de negociação, e se reportará ao Comitê de Risco de Crédito, sendo responsável pela supervisão, identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos associados a cada área da instituição, incluindo:

- Formular políticas de crédito em conjunto com as áreas de negócios, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Acompanhar a estrutura de alçadas para aprovação e renovação de linhas de crédito, sendo que os limites de alçada estão definidos em Manual de Política de Crédito, onde as linhas de crédito significativas devem ser avaliadas pela Área de Crédito e aprovadas pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de crédito. A área de Análise de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes da área de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, e setores econômicos (para empréstimos e adiantamentos), e por emissores, faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país (para títulos de investimento).
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco, para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada, e focar o gerenciamento nos riscos inerentes.

O sistema de classificação de riscos, é usado para determinar onde provisões para *impairment* podem ser necessárias, e para prevenir determinadas exposições ao risco. A estrutura de classificação de risco atual inclui oito graus que refletem vários graus de risco de inadimplência

e a disponibilidade de garantias, ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.

- Analisar a aderência das áreas de negócio aos limites de exposição estabelecidos, inclusive aqueles definidos para determinados setores, risco país e tipos de produtos, sendo apresentado à área de Crédito, relatórios regulares sobre a qualidade de crédito das carteiras locais, que por sua vez toma as medidas corretivas mais adequadas.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas às áreas de negócio para promover as melhores práticas por todo o Banco no gerenciamento do risco de crédito.

As unidades das empresas componentes do conglomerado Industrial do Brasil, mantém de forma adequadamente documentada, os critérios e a estrutura estabelecidos para o controle do risco de crédito, assim como, sistemas de controles estruturados, em consonância com seus perfis operacionais, periodicamente reavaliados, que permitam o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações de crédito praticadas, de forma a evidenciar o risco de crédito decorrente das atividades por elas desenvolvidas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sobre todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras consolidadas, assim demonstradas:

<u>Descrição</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos financeiros (i)	694.081	723.609
Empréstimos e recebíveis (ii)	1.538.397	1.383.954

(i) Composto substancialmente por títulos emitidos pelo Governo Federal, representando baixo nível de risco de crédito para a Instituição;

(ii) Composto por créditos concedidos a:

• **pe^{so}as físicas** na modalidade de crédito direto ao consumidor e de empréstimos consignados em folha de pagamento, com concentração significativamente pulverizada, representando 11,45% da carteira de empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2015 (13,31% em 2014), e

• **pe^{so}as jurídicas** substancialmente nas modalidades de capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, conta garantida, repasses de BNDES e Finame e arrendamento mercantil, representando 62,31% da carteira de empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2015 (66,68% em 2014). Essas operações de créditos contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas, penhor mercantil, etc. Nas operações de BNDES, Finame e de arrendamento mercantil as garantias são os bens objeto dos contratos.

Além da carteira de créditos concedidos, o Banco emite avais, fianças e outras garantias para terceiros, as quais também possuem exposição a risco de crédito.

A seguir, encontra-se demonstrado o “máximo valor potencial de pagamentos futuros”, que representa os valores de principal (notional) que poderiam ser perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

As práticas contábeis aplicáveis a esses tipos de operações encontram-se descritas na nota 3e.

	31 de Dezembro	
	2015	2014
Fianças - Instituições Financeiras	23.080	22.683
Fianças - Pessoas Físicas e Jurídicas não financeiras	186.080	182.876
Créditos abertos para Importação	(836)	21.434
	208.324	226.993

Na avaliação da Administração do Banco não existem evidências de possíveis perdas através desses contratos que justifiquem a constituição de provisões na posição financeira consolidada.

Operações de crédito e adiantamentos e títulos de investimento

	Operações de crédito e adiantamento a clientes	
	2015	2014
Empréstimos e recebíveis		
Operações com impairment individual		
Saldo Bruto	107.878	100.287
Provisão impairment	(24.767)	(11.136)
Saldo contábil	83.111	89.151
Operações com impairment coletivo		
Saldo Bruto	373.664	659.926
Provisão impairment	(1.826)	(3.422)
Saldo contábil	371.838	656.504
Operações vencidas sem impairment		
Operações vencidos compreende:		
1 - 30 dias	5.667	4.140
Acima de 30 dias	-	443
Saldo contábil	5.667	4.583
Operações sem atraso e sem impairment		
Saldo contábil	1.224.599	896.872
Saldo contábil total	1.685.215	1.647.110

Operações com impairment individual

A exposição do Banco ao risco de crédito das operações analisadas individualmente com imparidade é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração considera o desempenho econômico, as análises macroeconômicas e setoriais, pontualidade nos pagamentos e garantias recebidas em sua avaliação. Adicionalmente, a área de risco de crédito monitora de forma próxima os clientes e toma ações para limitar sua exposição ou reforçar as garantias quando estas operações apresentarem volatilidade econômica particular. O Banco estabelece a provisão para perda por imparidade que representa sua estimativa de despesas incorridas com as operações de créditos. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposição individual, o qual é determinado através da expectativa de recebimento desses créditos, considerando as garantias dadas ou reforçadas na data base do teste de imparidade. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a provisão para perda com redução do valor recuperável dos ativos individuais com evidências de perda era no montante de R\$ 22.492 e R\$ 11.136, respectivamente.

Os valores mensuráveis das garantias envolvidas nas operações com redução ao valor recuperável são de R\$ 2.221 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 9.481 em 31 de dezembro de 2014)

Operações com impairment coletivo

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva para ativos não analisados individualmente, o Banco utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levam em conta os volumes de perda incorrida e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais são ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, leva em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e pode levar a ajustes nos percentuais de perda históricos uma vez constatados que as perdas reais possuem a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a provisão para perda com redução do valor recuperável das operações com impairment coletivo era no montante de R\$ 1.826 e R\$ 3.422, respectivamente. O percentual médio de perda das operações avaliadas coletivamente é de 0,80% em 2015 (0,67% em 2014).

Operações vencidas sem impairment

Correspondem às operações de crédito e adiantamentos, e títulos de investimento sem *impairment* (outros que não aqueles a valor justo contra resultado), cujos pagamentos dos juros contratuais ou do principal estejam atrasados até 30 dias, atraso este que a entidade não entende como uma evidência de impairment, ou créditos vencidos a mais tempo para os quais a instituição não considera apropriado o reconhecimento de perda por *impairment*, em virtude do perfil das garantias atreladas a essas operações ou do estágio da cobrança dos valores devidos ao banco pelos clientes.

Operações sem atraso e sem impairment

Correspondem basicamente a operações de empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito tais como operações compromissadas, depósitos interfinanceiros e empréstimos a adiantamentos a clientes sem evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Provisões para impairment

O Banco estabelece uma provisão para perdas por impairment, sobre ativos financeiros avaliados ao custo amortizado ou classificados como disponíveis para venda, que representa sua estimativa das perdas, que poderão ser incorridas em sua carteira de empréstimos. Os principais componentes dessa provisão, são um componente de perda específica, que se refere às exposições individualmente significativas, e uma provisão coletiva para perdas em empréstimos, estabelecida para grupos de ativos homogêneos, baseado em perdas incorridas, mas não identificadas nos empréstimos sujeitos à avaliação individual de impairment. Ativos avaliados ao valor justo contra resultado são testados para fins de impairment através do processo de mensuração de seus valores justos, que leva em consideração a qualidade de crédito de cada ativo.

Para a identificação da redução ao valor recuperável, em operações individualmente significativas, são utilizados como parâmetros de evidências objetivas e deterioração do risco de crédito, tais como, a inadimplência superior a sessenta dias, aumento do risco de crédito da contraparte através de avaliação quantitativa e qualitativa efetuada pela área de risco de crédito e operações renegociadas em acompanhamento pela área de recuperação de crédito.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável deverá ser avaliada a expectativa de recuperação de crédito, considerando aspectos como, o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável.

Garantias Recebidas

O Banco Industrial detém garantias contra empréstimos e recebíveis aos clientes. A base da qualificação das garantias é julgamental e definida pelo Comitê de Crédito do Banco. O Banco não está autorizado a vender ou rerepresentar a garantia na ausência de descumprimento por parte do detentor da garantia.

Abaixo uma lista das principais garantias utilizadas como instrumentos de mitigação do risco de crédito nas operações realizadas pelo Banco Industrial:

- Duplicatas
- Aplicação financeira
- Ações e debêntures
- Cessão de contrato
- Alienação fiduciária de imóveis e veículos
- Hipoteca
- Operações garantidas pelo governo (Federal, estadual, municipal ou distrital)
- Seguros e assemelhados
- Penhor de produtos com warrant
- Penhor de veículos, imóveis, civil
- Penhor ou alienação de equipamentos ou de estoques
- Aval

A natureza, valor contábil e política da instituição para alienar ativos obtidos em pagamentos de operações de empréstimos e recebíveis estão apresentados na nota explicativa nº 10 – Ativos mantidos para venda.

Política de baixa

O Banco baixa o saldo de um empréstimo, ou título de investimento (e as respectivas provisões para perdas por *impairment* com empréstimos e títulos de investimento atrasados), quando a área de Crédito do Banco determina que os empréstimos e/ou títulos de investimento são incobráveis. Essa determinação é atingida após considerar informações tais como: a ocorrência de mudanças significativas na situação financeira do tomador/emiteente, que indiquem que ele não poderá pagar a obrigação, ou que os pagamentos da garantia, serão insuficientes para pagar a exposição total.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamento entre pagamentos e recebimentos), que possam afetar a capacidade de pagamentos das empresas do conglomerado Industrial do Brasil, considerando-se as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez

A abordagem do Banco com relação ao gerenciamento do Risco de Liquidez, é assegurar o máximo possível, que o Banco terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis, ou colocar em risco seus clientes e a reputação do Banco.

O nível de liquidez é monitorado diariamente, e testes diários de estresse (stress test) são realizados, sob diferentes cenários que possam impactar na liquidez dos fluxos de caixa, e que permitam a identificação de problemas que, de alguma forma, possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro do conglomerado Industrial do Brasil.

A posição de liquidez do conglomerado Industrial do Brasil, contempla a identificação do fluxo de vencimentos das carteiras de ativos e passivos, e a tesouraria e o Comitê de Risco de Liquidez, acompanha este fluxo através de relatórios diários, e estabelece limites de caixa mínimos e de concentração de passivos, permitindo que ações prévias sejam tomadas, e seu caixa fique numa posição confortável.

Exposição ao risco de liquidez

A principal mensuração realizada pelo Banco para o gerenciamento do risco de liquidez, é o coeficiente entre a posição líquida de ativos líquidos e os depósitos de clientes. Para tal finalidade, considera-se que a posição líquida de ativos líquidos, inclui o caixa e equivalentes de caixa, e os títulos de dívida com grau de investimento, para os quais haja um mercado líquido e ativo, deduzidos de quaisquer depósitos de instituições financeiras, títulos de dívida emitidos, outros empréstimos tomados e compromissos que vençam até o fim do mês seguinte. Um cálculo similar, porém não idêntico, é utilizado para medir o atendimento, por parte do Banco, ao limite de liquidez estabelecido pelo principal regulador do Banco, o Banco Central do Brasil.

Composição de Instrumentos Financeiros por vencimento

A composição, por vencimento, dos saldos dos principais ativos e passivos financeiros na posição do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2015							Total
	a vencer						Acima de 15 anos	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos		
Ativo								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	10.697	-	-	-	-	-	-	10.697
Instrumentos de dívida	-	-	5.569	16.147	11.748	2.589	-	36.053
Empréstimos e valores a receber:								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	18.498	37.631	64.511	62.358	475.030	658.029
Empréstimos e adiantamentos a clientes	21.184	675.716	513.747	247.271	57.921	22.557	-	1.538.397
Passivo								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos no Banco Central do Brasil								
Depósitos de instituições financeiras	-	-	-	71.285	5.900	13.479	-	90.664
Depósitos de clientes	127.731 (a)	457.272	276.454	71.454	-	-	-	932.911
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	-	318.691	162.305	-	-	480.997
Outros passivos financeiros	213	994	1.704	2.844	-	-	-	5.755
Exposição Líquida	(96.062)	217.450	259.655	(163.225)	(34.025)	74.025	-	257.818

(a) representado por depósitos a vista de clientes alocado em "sem vencimento", sem considerar o giro médio dos saldos.

	31 de dezembro de 2014							Total
	a vencer						Acima de 15 anos	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos		
Ativo								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	15.360	-	-	-	-	-	-	15.360
Instrumentos de dívida	-	-	17.209	49.896	36.303	8.001	-	111.410
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e valores a receber:								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	17.209	35.010	60.018	58.015	441.946	612.199
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19.058	607.880	462.171	222.447	52.106	20.293	-	1.383.954
Passivo								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos de instituições financeiras				117.763	9.747	22.268	-	149.778
Depósitos de clientes	133.511 (a)	477.966	288.965	74.687	-	-	-	975.129
Obrigações por títulos e valores mobiliários				302.758	154.191	-	-	456.949
Outros passivos financeiros	221	1.032	1.770	2.953	-	-	-	5.976
Exposição Líquida	-	99.314	128.882	205.855	-	15.509	64.041	93.146

(a) representado por depósitos a vista de clientes alocado em "sem vencimento", sem considerar o giro médio dos saldos.

d. Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco que as variações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio, preços de mercadorias (commodities) e *spreads* de crédito (não relacionados às alterações da classificação do crédito do credor/emissor) podem afetar a receita do Banco ou o valor dos seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado, é administrar e controlar as exposições aos riscos do mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo em que o retorno sobre o risco é otimizado.

Gerenciamento de riscos de mercado

O Banco Industrial do Brasil, em atendimento à Resolução nº 3.464, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento de risco de mercado, encontra-se alinhado aos dispositivos legais do Banco Central, no que se refere às políticas, estratégias e sistemas para gerenciamento do risco de mercado.

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O nível de exposição a estes riscos, é controlado pela existência de instrumentos de análise, baseados em metodologias amplamente utilizadas por grande parte das instituições do mercado financeiro nacional e internacional, além disso, o Banco Industrial do Brasil utiliza-se de limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado e acompanhado pela área de Compliance, por meio da figura de um Gestor de Risco.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de critérios estatísticos, tais como: Var, Rentabilidade e Risco de Liquidez. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

O Banco Industrial do Brasil, em atendimento às Circulares 3.354 e 3.365, instituiu no sistema de gerenciamento de Risco de Mercado a segregação de todas as suas operações entre Carteira de Negociação e Carteira de Não-Negociação.

Ambas são definidas conforme abaixo:

- Carteira de Negociação – Considera as operações com intenção de negociação;
- Carteira de Não-Negociação – Considera as operações que o banco tem como objetivo manter até o vencimento.

Todas as operações contidas nas carteiras do Banco Industrial do Brasil são marcadas a mercado diariamente, estão sujeitas a limite, e seu acompanhamento é diário pela área de controle (Compliance), de forma global e segregada, entre carteira de Negociação (Trading) e Não-Negociação (Banking).

Exposição aos riscos de mercado – Carteira de negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado, dentro das carteiras mantidas para negociação do Banco, é o Valor em Risco (VaR-ValueatRisk). O VaR de uma carteira mantida para negociação, é a perda estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção), de um movimento adverso do mercado, com uma probabilidade específica (nível de confiança).

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco em 31 de dezembro (informações não auditadas):

	31 de Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
2015				
Risco de variação cambial	1.204	907	5.761	21
Risco de taxa de juros	891	2.412	4.406	649

	31 de Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
2014				
Risco de variação cambial	555	801	1.677	138
Risco de taxa de juros	1.406	1.167	1.745	252

As limitações da metodologia VaR, são conhecidas por completar os limites de VaR, com outras estruturas de limite de posição e sensibilidade, inclusive limites para lidar com possíveis riscos de concentração, dentro de cada carteira negociável. Além disso, o Banco utiliza uma ampla gama de testes de estresse, para simular o impacto financeiro em vários cenários excepcionais de mercado, nas carteiras individuais negociadas e a posição global do Banco.

Exposição ao risco de taxa de juros – Carteiras de não negociação

O principal risco ao qual as carteiras não mantidas para negociação estão expostas, é o risco de perda decorrente das variações nos fluxos de caixa futuros, ou valores justos de instrumentos financeiros, devido a uma mudança nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros, é administrado principalmente, por meio do monitoramento de diferenças entre as taxas de juros e com base em limites pré-aprovados, para re-precificação das faixas.

O gerenciamento do risco da taxa de juros, em relação aos limites da diferença da taxa de juros, é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários padrões, e não padrões de taxas de juros.

Exposição a outros riscos de mercado – Carteiras não mantidas para negociação

O spread de risco de crédito (não relacionado a mudanças na classificação de crédito do credor/emissor), em títulos de investimento, e o risco de preço de ações, estão sujeitos ao monitoramento regular pela Área de Risco.

Análise de sensibilidade

A Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu: 1) Situação considerada provável pela administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade. 2) Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). 3) Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). (*) Percentuais definidos na Instrução CVM nº 475 de 17/12/2008.

i - Quadro Demonstrativo de Posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2015 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

<u>Operação / Carteira protegida</u>	<u>Risco</u>	<u>Instrumento financeiro derivativo</u>	<u>Montante da carteira protegida</u>	<u>Posição (a)</u>
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasses do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	182.138	(179.914)	2.224
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de Juros	<u>(503.381)</u>	<u>644.470</u>	<u>141.089</u>
Total		<u>(321.243)</u>	<u>464.556</u>	<u>143.313</u>

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular Bacen nº 3.082/02.

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		<i>Deterioração 1%</i>	<i>Deterioração 25%</i>	<i>Deterioração 50%</i>
<i>Hedge Cambial</i> Dívida em Moeda Estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(159)	(3.979)	(7.958)
	Dívida (risco aumento US\$)	209	5.218	10.435
	Efeito Líquido	50	1.239	2.477
<i>Hedge Banking PRÉ</i> Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	121	3.020	6.041
	Créditos (risco aumento Selic)	(669)	(16.734)	(33.468)
	Efeito Líquido	(548)	(13.714)	(27.427)
	Efeito Líquido TOTAL	(498)	(12.475)	(24.950)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição líquida	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			<i>Deterioração 1%</i>	<i>Deterioração 25%</i>	<i>Deterioração 50%</i>
<i>Book Cambial</i>	Queda da moeda estrangeira	2.224	50	1.239	2.477
<i>Book Pré</i>	Alta do CDI	151.760	(425)	(10.624)	(21.248)
<i>Book Índice</i>	Nulo (Pós)	185.374	Nulo	Nulo	Nulo
	Efeito Líquido TOTAL	339.358	(375)	(9.385)	(18.771)

e. Risco Operacional

Definição

O Risco Operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas.

Para atenuar esse tipo de risco, o Banco Industrial adota uma estrutura para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

Gestão e Metodologia

A estrutura responsável pela centralização da gestão dos riscos operacionais, e pela disseminação da metodologia, é a área de Compliance, que conta com a participação efetiva dos agente setoriais de Compliance, que atuam nas diferentes atividades do Banco, e ajudam a promover uma cultura de conformidade e controle de risco em toda a instituição, visando o objetivo de aprimoramento e melhoria dos processos internos, e a redução de riscos operacionais.

Nesta metodologia, periodicamente, é realizado o processo de mapeamento dos riscos operacionais, através de levantamentos realizados pelo Compliance, junto às demais áreas do Banco. Estes levantamentos, consistem em entrevistas para entendimento das rotinas, controles e riscos envolvidos, os quais, por sua vez, uma vez identificados, são cadastrados em sistema específico para este fim. Adicionalmente, as áreas realizam testes de auto-avaliações das atividades e processos, que incluem a avaliação da eficácia dos controles, e a sugestão de planos de ação, para mitigar os riscos de controles a serem melhorados.

O Banco atualmente emprega o modelo de alocação de capital denominado Metodologia do Indicador Básico (BIA).

39. Convergência do padrão contábil às normas internacionais de contabilidade (IFRS)

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo.

Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente consolidados do Banco Industrial em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	2015 Resultado	2015 PL	2014 Resultado	2014 PL	
	BRGAAP	46.738.610	488.702.678	40.284	471.295.971
1	Taxa efetiva	(566.952)	346.548	3.062	913.500
2	Impairment	5.232.688	9.505.859	(2.184)	4.273.171
3	Cessão com coobrigação	-	-	(5)	-
4	Arrendamento - Aeronave	-	-	(2.295)	-
5	Câmbio	(519.026)	(537.751)	29	(18.725)
6	Outros ativos	-	-	-	-
	IR sobre ajustes	(1.658.684)	(3.725.862)	557	(2.067.178,4)
	IFRS	49.226.636	494.291.473	39.448	474.396.739

Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao Banco Industrial em conformidade com o BRGAAP que diferem significativamente do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

a. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, de acordo com norma específica do Conselho Monetário Nacional. De acordo com essa regulamentação, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável e perdas por redução ao valor recuperável ocorreram se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

Deve-se primeiro avaliar individualmente se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente e individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda por redução ao valor recuperável é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

Para ativos individualmente significativos, a perda por redução ao valor recuperável é mensurada com a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original da operação de crédito.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b. Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros

De acordo com o BRGAAP, as receitas com tarifas cobradas de clientes que constituam receita efetiva devem ser reconhecidas no resultado do exercício a que se referem. De acordo com o IAS 18, o reconhecimento de receita para taxas de serviços financeiros depende das finalidades para as quais as taxas são fixadas e a base contábil de qualquer instrumento associado. As taxas que são integrantes da Taxa Efetiva de Juros incluem basicamente tarifas / comissões de originação recebidas pela entidade pela geração de ativos financeiros não classificados na categoria “valor justo através do resultado”.

A diferença entre a apropriação de juros pela taxa contratual (BRGAAP) e pela taxa efetiva de juros (IFRS) gera ajuste de critério contábil.

c. Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade (Real) por meio da utilização da cotação "PTAX 800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do Banco Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

A diferença entre as taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira geraram ajuste de critério contábil.

Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre os Ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

Carteira de câmbio

Um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados e o valor líquido apresentado na demonstração financeira quando, e apenas quando, uma entidade: (a) tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos; (b) pretender liquidar sobre uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Considerando que as operações de câmbio negociadas no Brasil atendem estes requerimentos, tais foram contabilizadas em uma base líquida para fins de IFRS, podendo ser apresentados no ativo ou passivo dependendo da posição líquida (devedora ou credora) no final do período de reporte.

Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil efetuadas no país sob o escopo da Lei 6.099 são caracterizadas, de acordo com a norma internacional, como instrumentos financeiros com pagamentos fixos e determinados e sem mercado ativo.

40. Eventos subsequentes

A administração do Banco declara que não tem conhecimento de outros eventos subsequentes que tenham efeitos financeiros relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração do
Banco Industrial do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, em 31 de dezembro de 2015 para o exercício findo naquela data, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações financeiras foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2